

# CENÁRIOS POLÍTICOS

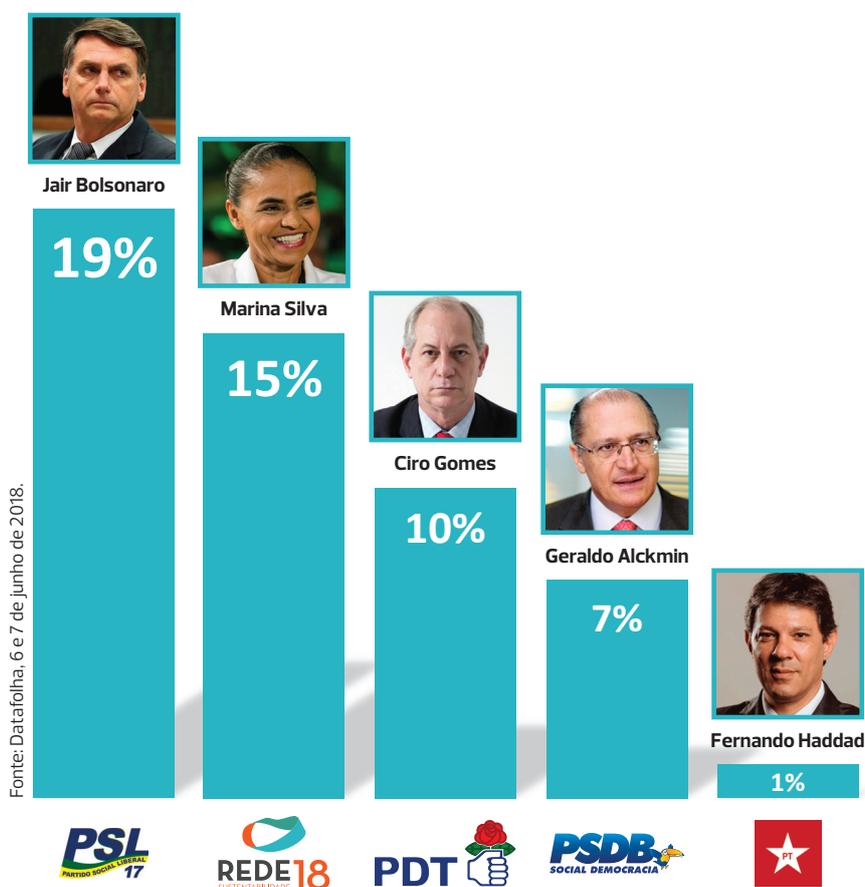


BRASIL 2018

JULHO

Produzido por Murilo de Aragão  
Cristiano Noronha

Nº 219 > Brasília > DF



## SUCCESSÃO

**Polarização PT-PSDB ameaçada  
pela primeira vez desde 1994**

## SUCCESSÃO PRESIDENCIAL

### Avaliação e tendências

- 1 Os cinco candidatos **MAIS COMPETITIVOS** são Jair Bolsonaro (PSL), Geraldo Alckmin (PSDB), Ciro Gomes (PDT), de um candidato petista (Fernando Haddad é o nome mais forte), e Marina Silva (REDE).
- 2 A estrutura de campanha do candidato será fundamental. **SEM DOAÇÕES** empresariais de campanhas, o tempo de TV e os recursos do fundo eleitoral terão peso relevante.
- 3 A **MAIOR FRAGILIDADE** de Jair Bolsonaro e Marina Silva são suas respectivas estruturas partidárias e alianças pouco competitivas. Bolsonaro tenta viabilizar aliança com o PR.
- 4 Nas eleições de 2010 e 2014, Marina Silva era a única alternativa aos candidatos de PT e PSDB. Hoje ela disputa essa **PREFERÊNCIA** com Bolsonaro e Ciro Gomes, o que pode lhe tirar alguns votos.
- 5 O ex-presidente Lula terá condições de, mesmo preso, **IMPULSIONAR A CANDIDATURA** de um petista. O piso da intenção de votos de um candidato do partido é de 12%.
- 6 Uma **ALIANÇA ENTRE PT E PDT** no primeiro turno tem chance baixa de acontecer. No segundo turno, uma aliança entre ambos é muito provável.
- 7 Geraldo Alckmin é o candidato com maior chance de **ATRAIR O APOIO** de maior parte dos partidos que compõem o centrão, em especial PSD, DEM e PTB.
- 8 As pesquisas devem ter **POUCAS OSCILAÇÕES**, pelo menos até o início da campanha eleitoral (16 de agosto).
- 9 O número de **CANDIDATURAS COMPETITIVAS** aponta para uma definição em dois turnos. Dificilmente a eleição será decidida no primeiro turno, como ocorreu em 1994 e 1998 com a vitória de Fernando Henrique Cardoso.
- 10 O **SEGUNDO TURNO** deve ser disputado entre um candidato de direita ou centro-direita e um de esquerda ou centro-esquerda.

## SUMÁRIO

### PÁGINA 3

Opções das principais legendas na sucessão presidencial

**GRÁFICO 1** – Opções partidárias

### PÁGINA 4

Negociações em andamento

### PÁGINA 5

A estrutura partidária

**TABELA 1** – O peso político das legendas

### PÁGINA 6

Sudeste e Nordeste concentram mais de 70% do eleitorado nacional

**GRÁFICO 2** – Número de eleitores por região

### PÁGINA 7

Alienação eleitoral cresce desde 2006

**GRÁFICO 3** – Votos brancos, nulos e abstenções na eleição presidencial

### PÁGINA 8

Os tempos de TV

**GRÁFICO 4** – Tempos de TV por partido

### PÁGINA 9

Fundo partidário

**TABELA 2** – Fundo eleitoral e partidário – Distribuição por legenda

### PÁGINA 10

A candidatura de Lula é uma possibilidade remota

### PÁGINAS 11 a 13

Perfis dos pré-candidatos

### PÁGINA 14

Calendário eleitoral

### PÁGINAS 15 a 18

Gurus econômicos dos presidencialistas

### PÁGINA 19

Histórico das eleições presidenciais (1994–2014)

**GRÁFICO 5** – Primeiro Turno (%)

**GRÁFICO 6** – Segundo Turno (%)

# Opções das principais legendas na sucessão presidencial

As convenções partidárias para a escolha de candidatos e definição de coligações acontecem entre os dias 20 de julho e 5 de agosto. Algumas conversas estão bastante adiantadas em torno da sucessão presidencial, mas muita coisa pode mudar. A maioria das legendas conversa com mais de um candidato.

Geraldo Alckmin (PSDB) é o candidato que tem mais chance de atrair os chamados partidos de centro. Apesar de liderar as pesquisas de intenção de voto, Jair Bolsonaro (PSL) encontra dificuldades de atrair aliados. O mesmo acontece com Marina Silva (REDE). A seguir, os caminhos em avaliação de algumas das principais siglas.

**DEM.** O partido tem candidato próprio, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (RJ). Entretanto, a tendência é fazer uma coligação. Conversa com Ciro Gomes (PDT), mas a principal opção é Geraldo Alckmin. O caminho a ser seguido pelo DEM pode ser acompanhado por PR, PP, PRB e SD.

**MDB.** O partido tem como candidato o ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles. Mas, por conta de alianças estaduais, uma ala forte do partido pressiona para que o MDB não tenha candidato próprio nem faça coligação no plano federal. A convenção do

partido deverá ser marcada por intensa disputa.

**PT.** Ainda insiste na candidatura de Lula, que não deverá prosperar. As alternativas a Lula são Fernando Haddad e Jaques Wagner. A aliança com Ciro Gomes tem chance remota.

**PSDB.** São constantes os rumores sobre substituição de Geraldo Alckmin. Mas a chance hoje é muito baixa. Nem mesmo a prisão recente de ex-assessor por corrupção em obras de São Paulo devem interferir na escolha. A substituição somente teria chance de acontecer se algo grave envolvendo diretamente o candidato surgir.

**PSD.** A sigla está fechada com Geraldo Alckmin e é pouco provável que siga em outra direção.

**PSB.** A legenda hoje está dividida em três possibilidades: apoiar Ciro

Gomes, um candidato petista ou não apoiar ninguém. Hoje, o caminho mais provável parece ser uma aliança com Ciro Gomes.

**PCDOB.** Hoje tem como candidata a ex-deputado Manuela D'Ávila. Entretanto, o partido avalia entre o apoio a Ciro Gomes ou ao PT, sendo este último o mais provável.

**PR.** Os caminhos mais prováveis do PR é uma aliança com Geraldo Alckmin ou Jair Bolsonaro. Mas uma terceira alternativa é uma coligação com o PT, tendo a vaga de vice. Neste caso, o nome seria do empresário Josué Alencar, filho do ex-vice de Lula José Alencar.

**PP.** O partido tem um bom relacionamento com Ciro Gomes. Uma possibilidade é uma aliança com o PDT, tendo como vice o empresário Benjamin Steinbruch. Mas a legenda também tem

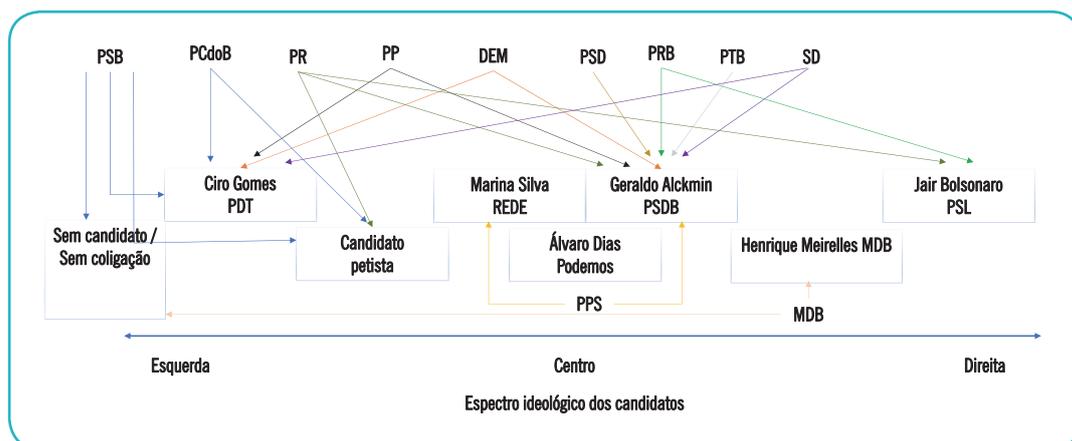
afinidade com Geraldo Alckmin. Na semana passada, o PP desistiu de apoiar a reeleição do governador Márcio França para apoiar o candidato do PSDB João Doria ao governo de São Paulo. O movimento animou o PSDB no âmbito nacional.

**PRB.** Apesar de ter lançado a candidatura de Flávio Rocha, pode decidir em apoiar Geraldo Alckmin ou Jair Bolsonaro. PTB. Assim como o PSD, está mais próximo de Geraldo Alckmin.

**SD.** A legenda tem duas opções: Geraldo Alckmin ou Ciro Gomes. Vale lembrar que o Paulinho da Força, presidente do partido, foi candidato como vice de Ciro em 2002. À época, Paulinho era filiado ao PTB.

**PPS.** A tendência é que a sigla apoie Geraldo Alckmin. Mas também tem como segunda opção Marina Silva (REDE).

GRÁFICO 1 – Opções partidárias



## Negociações em andamento

A sucessão presidencial entra em junho com um grau de imprevisibilidade ainda bastante elevado. Em meio à pulverização de pré-candidatos, cinco nomes são mais competitivos: Jair Bolsonaro (PSL), Ciro Gomes (PDT), Marina Silva (REDE), Geraldo Alckmin (PSDB) e o candidato do PT, provavelmente Fernando Haddad.

Como nas eleições deste ano não haverá financiamento empresarial de campanha, a estrutura partidária, os palanques estaduais, o tempo de TV e o controle da máquina administrativa terão um peso maior que o habitual. Quem dispuser de tais recursos não significa que vencerá a eleição, e sim que terá instrumentos essenciais para definir um pleito que promete ser o mais disputado desde 1989.

Nesse sentido, nomes como Ciro, Alckmin e Haddad têm um bom espaço de crescimento. Além do crescimento do PDT nas eleições municipais de 2016, Ciro parte de uma sólida base eleitoral: o Ceará, segundo maior colégio da Região Nordeste.

Alckmin, mesmo começando nas pesquisas de intenção de voto com um patamar abaixo dos 10%, controla o PSDB, legenda bem estruturada em todo o país. Alckmin é forte em São Paulo, maior colégio eleitoral, Estado em que se elegeu governador quatro vezes.

Haddad, ainda que largue com cerca de 1% a 2%, conta com a força do lulismo. Segundo as pesquisas, o apoio de Lula levaria 30% do eleitorado a votar "com certeza" no candidato apoiado pelo ex-presidente. Ou seja, há espaço para Haddad sonhar com o segundo turno.

Bolsonaro e Marina, que hoje lideram as pesquisas nos cenários em que o ex-presidente Lula não aparece como candidato, carecem de estrutura partidária, de palanques e de tempo de TV. Contudo, por conseguirem "surfear" na onda da "antipolítica",

são atores que podem surpreender por conta da excepcionalidade do cenário deste ano.

A fraca estrutura de tempo de TV de Bolsonaro e Marina pode ser compensada com a utilização eficiente das redes sociais, principalmente se tiverem uma estratégia eficaz de comunicação por meio de WhatsApp, Facebook, Instagram, Twitter e Youtube.

As pesquisas mostram que, neste momento, o eleitorado das regiões Norte e Nordeste, onde se concentra a força do lulismo, segue Lula no cenário em que ele aparece como candidato. Ou então se divide entre seus herdeiros (Ciro, Marina e PT) nas simulações em que o nome do ex-presidente não consta da lista de alternativas.

Por outro lado, as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste hoje se dividem entre Bolsonaro e Alckmin. Bolsonaro hoje tem uma vantagem, mas, nas três regiões, o PSDB possui uma estrutura partidária consolidada. Fora isso, o provável tempo de TV que Alckmin terá tende a permitir o crescimento do ex-governador de São Paulo, em especial a partir de agosto, com o horário eleitoral gratuito.

No tabuleiro sucessório, siglas como PSB, PCdoB, DEM, PP, PR, PTB, SD, PRB, PSD e PPS terão um papel importante. Ex-aliados históricos do PT, tanto o PSB quanto o PCdoB estão mais próximos hoje de apoiar Ciro, embora haja também a possibilidade de apoio a Haddad.

Dos chamados partidos de centro (DEM, PP, PR, PTB, SD, PRB, PSD e PPS), Alckmin mantém negociações adiantadas com PTB, PSD e PPS. A incógnita é sobre o destino de DEM, PP, SD e PRB, que podem vir a apoiar um nome em bloco, em função de sua unidade em torno da pré-candidatura de Rodrigo Maia (DEM).

Esses quatro importantes de partidos tendem a ficar com Alckmin. Ciro é uma segunda opção. Alckmin ou Ciro também deve ser o destino do PR, principalmente depois que o senador Magno Malta (PR) desistiu de ser o vice de Bolsonaro.

Apesar do desgaste pelo qual passa o governo Michel Temer, o MDB terá novamente peso na sucessão, sobretudo pela força regional da sigla. Henrique Meirelles ainda luta internamente para concorrer pelo partido, mas a maioria dos emedebistas está inclinada a não apresentar candidato próprio nem fazer parte de coligação. A opção preferencial é dar liberdade aos diretórios estaduais na questão do apoio.

O caminho a ser tomado pelo centro será significativo nos rumos da sucessão. Mesmo que Alckmin seja o nome com maior potencial nesse campo, a desconfiança em relação a ele continua elevada, dentro e fora do PSDB. Até mesmo um "plano B", como o apoio a Marina ou a Álvaro Dias (PODEMOS), é especulado, em função do enfraquecimento do centro nesta pré-campanha.

A capacidade de articulação do centro vai acabar mostrando se será possível viabilizar um candidato com uma agenda reformista e modificar o cenário de hoje, em que os indignados com a política tradicional se alinham a Bolsonaro, e os lulistas se dividem entre Ciro, Marina e PT.

Entre 20 de julho e 5 de agosto, conforme determina a lei eleitoral, os partidos definirão seus candidatos e suas coligações. Será um período crucial para os que concorrem à vaga de presidente da República. O jogo começa para valer a partir de 16 de agosto, com a campanha eleitoral. Até lá deve haver poucas oscilações nas pesquisas de intenção de voto.

## A estrutura partidária

Além do bom tempo de TV e dos recursos do fundo partidário, outro fator favorável aos candidatos de MDB, PT e PSDB nas eleições, principalmente na disputa pelo Palácio do Planalto, mas também nas disputas para governador, é a força da estrutura dessas siglas (ver tabela abaixo). MDB e PSDB, por exemplo, são as legendas com o maior número de governadores, senadores, prefeitos e vereadores no país. Além disso, possuem uma bancada consistente de deputados federais.

O desafio do MDB é conseguir unir os candidatos a governador e senador. Essa é uma dificuldade histórica do partido, pois seus caciques regionais costumam ter interesses políticos-eleitorais divergentes, o que acaba inviabilizando a competitividade de uma candidatura presidencial da sigla.

Já o PSDB, embora muito estruturado em São Paulo, maior colégio eleitoral do país, carece de estrutura no Nordeste, o que tem sido um problema para a legenda

nas últimas eleições presidenciais. Mas, além de São Paulo, o partido cresceu nas eleições municipais de 2016 em outras regiões, caso do Sul.

O PT, mesmo com encolhimento nas eleições municipais de 2016 em número de prefeitos e vereadores, é o terceiro partido com o maior número de governadores e senadores, além de contar com a maior bancada federal e a segunda maior de deputados estaduais. Vale lembrar que os petistas são fortes no Nordeste. Mesmo preso, Lula é uma liderança influente na região.

**TABELA 1 – O peso político das legendas**

PARTIDOS	GOVERNADORES	SENADORES	PREFEITOS	DEPUTADOS FEDERAIS	DEPUTADOS ESTADUAIS	VEREADORES
PMDB/MDB	5	20	1046	59	142	7557
PT	5	9	255	57	108	2809
PSDB	4	11	805	46	97	5360
PSD	2	4	539	40	75	4637
PSB	5	4	408	32	62	3629
PDT	2	3	330	21	60	3764
PP	2	7	497	46	51	4741
PR	0	4	298	37	46	3010
DEM	0	4	268	33	45	2901
PTB	0	2	261	16	40	3054
PSC	0	1	87	11	34	1522
PRB	0	1	105	22	32	1615
PROS	0	1	50	6	30	984
PV	0	0	101	6	27	1521
PCdoB	1	1	81	11	25	1004
PPS	0	1	123	9	23	1670
SD	0	0	61	14	23	1436
PTN	0	0	30	0	18	763
PSL	0	0	30	3	17	876
PEN	0	0	13	3	15	522
PTdoB	0	0	12	0	14	490

>>> Continua...

&gt;&gt;&gt; Continuação da TABELA 1.

PARTIDOS	GOVERNADORES	SENADORES	PREFEITOS	DEPUTADOS FEDERAIS	DEPUTADOS ESTADUAIS	VEREADORES
PRP	0	0	18	1	12	615
PSOL	0	0	2	6	12	56
PRTB	0	1	9	0	11	390
PTC	0	1	16	0	11	573
PHS	1	0	38	7	10	873
PSDC	0	0	8	0	8	418
PMN	0	0	28	0	7	526
PPL	0	0	5	0	4	111
NOVO	0	0	0	0	0	4
PCB	0	0	0	0	0	0
PCO	0	0	0	0	0	1
PMB	0	0	4	0	0	218
PSTU	0	0	0	0	0	0
REDE	0	1	6	4	0	178
PODEMOS	0	3	0	16	0	0
AVANTE	0	0	0	6	0	0
S/P	0	2	0	0	1	0

Apesar de não terem a mesma força de MDB, PSDB e PT, siglas como PSD, PP, PR, PRB e DEM, por exemplo, serão cobiçadas para alianças, principalmente nas eleições para presidente, governador e senador. Já o PSB, embora em termos de estrutura seja mais fraco que MDB, PSDB e PT, possui uma força partidária interessante: além de controlar São Paulo, é forte no Nordeste, com destaque para Pernambuco.

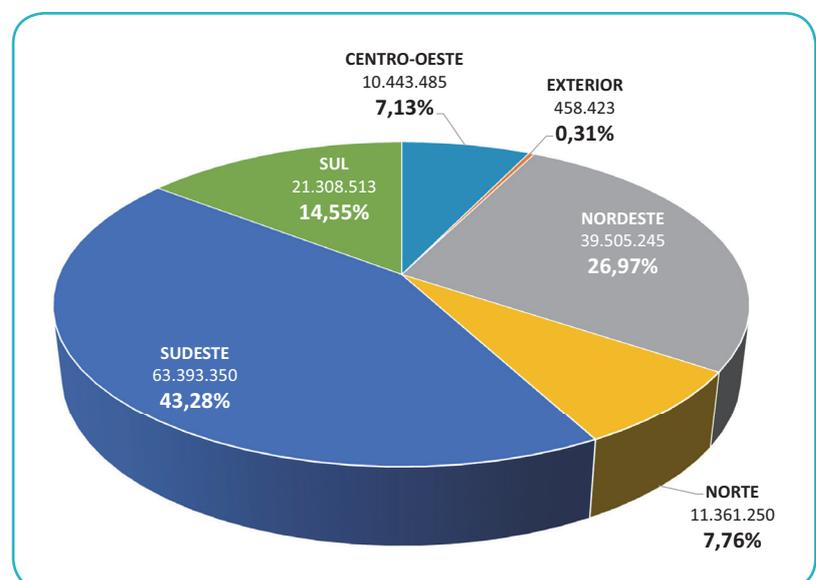
Como a campanha eleitoral este ano será curta (apenas 45 dias) e sem financiamento privado, ser candidato por uma legenda com forte estrutura é um fator que pode vir a ser decisivo. Nesse sentido, a boa estrutura partidária de MDB, PSDB e PT será extremamente favorável a seus candidatos ao Palácio do Planalto.

## SUDESTE E NORDESTE CONCENTRAM MAIS DE 70% DO ELEITORADO NACIONAL

Sudeste e Nordeste serão as regiões mais cobiçadas pelos presidenciáveis em função do grande número de eleitores que concentram. Somam mais de 102 milhões dos 146 milhões de brasileiros aptos a votar. Ou seja, mais de 70% do eleitorado nacional (ver **GRÁFICO 2**).

Outra região importante para os presidenciáveis é o Sul, que tem praticamente o mesmo número de eleitores do Norte e do Centro-Oeste juntos. Somado ao Sudeste, o Sul concentra mais de 57% do eleitorado.

**GRÁFICO 2** - Número de eleitores por região



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

## Alienação eleitoral cresce desde 2006

Um desafio dos candidatos ao Palácio do Planalto em outubro é reduzir a chamada alienação eleitoral – a soma da abstenção (eleitor que não comparece no dia da votação), dos votos em branco e dos votos nulos. Embora esse percentual tenha caído de 1998 para 2002, ele voltou a crescer nas últimas três eleições presidenciais (ver **GRÁFICO 3**).

Não bastasse o baixo interesse de uma parcela importante do eleitorado por política, o que leva muitos eleitores a não comparecer no dia da votação ou então a votar em branco ou nulo, a desilusão com a política – decorrente dos escândalos de corrupção revelados pelas investigações da Operação Lava-Jato desde 2013 – é outro fator que pode levar a uma alienação eleitoral recorde no pleito deste ano.

**GRÁFICO 3** – Votos brancos, nulos e abstenções na eleição presidencial



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

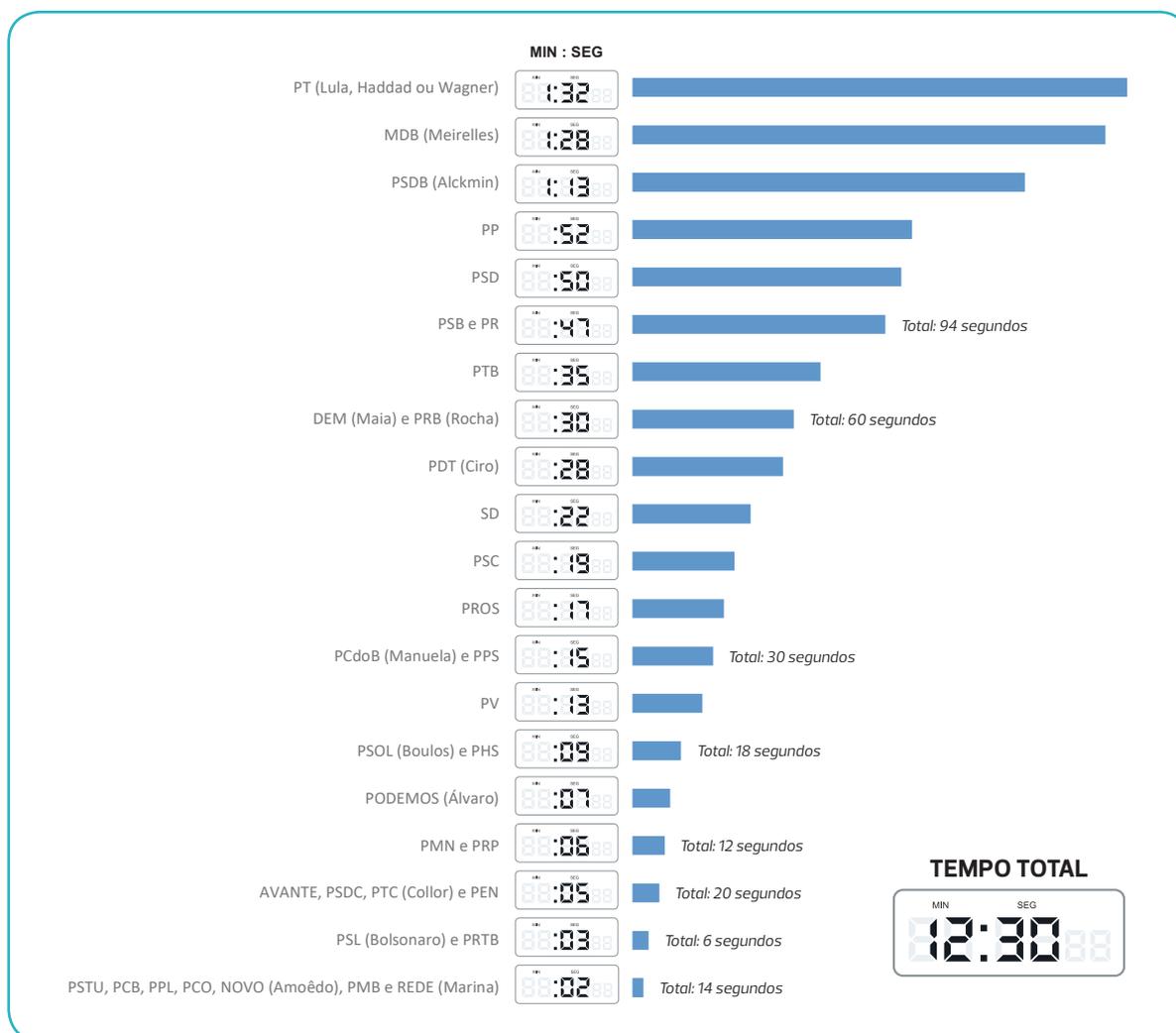
## Os tempos de TV

Como em relação à estrutura partidária, PT, MDB e PSDB são também as siglas com maior tempo de TV para a propaganda eleitoral. Embora não tenham pré-candidatos competitivos ao Palácio do Planalto, partidos de centro, como PP, PSD, PR e PTB, são importantes para a ampliação do palanque eletrônico dos candidatos.

Juntas, essas legendas têm cerca de três minutos de tempo de TV. O PSB possui menos de um minuto de propaganda eleitoral. Ou seja, dependerá de alianças para fortalecer seu palanque eletrônico.

Isoladamente, os candidatos de PT, MDB e PSDB (Geraldo Alckmin) possuem um bom tempo de TV para suas campanhas. No entanto, presidenciáveis bem posicionados nas pesquisas, como Ciro Gomes (PDT), Marina Silva (REDE), Álvaro Dias (PODEMOS) e Jair Bolsonaro (PSL), contam com escasso tempo de TV à sua disposição.

**GRÁFICO 4 – Tempos de TV por partido**



O mesmo ocorre com opções mais à esquerda, caso de Guilherme Boulos (PSOL) e Manuela D'Ávila (PCdoB); e ao centro, caso de Rodrigo Maia (DEM) e Álvaro Dias (PODEMOS).

As opções com pouco tempo de TV, como Bolsonaro e Marina, não estão fora do jogo. Porém, precisarão montar uma boa estratégia, sobretudo nas redes sociais, para se comunicar com o eleitorado e evitar ficarem "sumidos" do debate eleitoral televisivo, no ar a partir de agosto.

## Fundo partidário

**TABELA 2** – Fundo eleitoral e partidário – Distribuição por legenda

Diante da impossibilidade de financiamento empresarial de campanha, os partidos com melhores condições financeiras na campanha presidencial serão os maiores partidos, conforme já ocorre em relação à estrutura partidária e ao tempo e TV.

Com valores entre R\$ 271 milhões e R\$ 313 milhões à sua disposição, PT, MDB e PSDB são as siglas com maior estrutura financeira (ver tabela abaixo), o que não significa que presidenciáveis com menos recursos não serão competitivos. Contudo, dependerão de alianças e de uma eficiente estratégia de comunicação durante a propaganda eleitoral na TV e nas redes sociais, para compensar essa vulnerabilidade em relação às legendas que controlam a maior fatia do fundo partidário.

PARTIDOS	FUNDO PARTIDÁRIO (R\$)	FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA – FEFC (R\$)	TOTAL (R\$)
PT	101.119.342,00	212.244.045,51	313.363.387,51
MDB	82.951.350,60	234.232.915,58	317.184.266,18
PSDB	85.436.941,80	185.868.511,77	271.305.453,57
PP	50.075.590,90	131.026.927,86	181.102.518,76
PSB	48.842.675,40	118.783.048,51	167.625.723,91
PSD	46.558.842,70	112.013.278,78	158.572.121,48
PR	44.027.464,60	113.165.144,99	157.192.609,59
DEM	32.224.468,40	89.108.890,77	121.333.359,17
PDT	26.550.230,50	61.475.696,42	88.025.926,92
PTB	29.456.776,30	62.260.585,97	91.717.362,27
PRB	34.808.410,80	66.983.248,93	101.791.659,73
SD	21.324.154,40	40.127.359,42	61.451.513,82
PSC	19.858.306,00	35.913.889,78	55.772.195,78
PCdoB	14.235.939,10	30.544.605,53	44.780.544,63
PODEMOS	6.621.595,20	36.112.917,34	42.734.512,54
PV	14.642.281,30	24.640.976,04	39.283.257,34
PPS	8.773.542,12	29.203.202,71	37.976.744,83
PSOL	14.405.990,20	21.430.444,90	35.836.435,10
PROS	13.835.566,90	21.259.914,64	35.095.481,54
PHS	8.295.956,52	18.064.589,71	26.360.546,23
AVANTE	6.984.122,52	12.438.144,67	19.422.267,19
PATRIOTAS	6.201.272,52	9.936.929,10	16.138.201,62
PSL	6.453.367,68	9.203.060,51	15.656.428,19
REDE	4.685.045,28	10.662.556,58	15.347.601,86
PRP	5.333.024,04	5.471.690,91	10.804.714,95
PTC	3.343.887,12	6.334.282,12	9.678.169,24
PSDC	4.359.083,76	4.140.243,38	8.499.327,14
PMN	4.212.036,60	3.883.339,54	8.095.376,14
PRTB	2.263.787,28	3.794.842,38	6.058.629,66
PSTU	2.594.957,88	980.691,10	3.244.478,98
PPL	2.190.400,32	980.691,10	3.171.091,42
PCB	1.624.820,04	980.691,10	2.605.511,14
PCO	1.213.551,24	980.691,10	2.194.242,34
PMB	1.114.796,40	980.691,10	2.095.487,50
NOVO	1.114.796,40	980.691,10	2.095.487,50
<b>TOTAL</b>	<b>757.140.712,00</b>	<b>1.716.209.431,00</b>	<b>2.473.350.143,00</b>

## A candidatura de Lula é uma possibilidade remota

O destino do ex-presidente Lula (PT), preso desde 7 de abril deste ano em Curitiba (PR), segue um roteiro marcado por indefinições jurídicas. Isso porque, esgotados quase todos os recursos cabíveis no processo que discute o recebimento, por parte de Lula, de um tríplex no Guarujá (SP) em troca de vantagens que teriam sido dadas a uma construtora, a hipótese mais provável que poderia resultar em sua soltura reside na apreciação pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da questão que trata de constitucionalidade da prisão após a condenação em segunda instância. Trata-se do julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADCs) n° 43 e 44, ambas de relatoria do ministro Marco Aurélio Mello. Por força de seu efeito vinculante, uma vez julgadas o resultado valeria para todos os casos análogos no país.

O STF já se debruçou sobre o tema em duas outras oportunidades. No entanto, como nesses casos se tratava de decisões em um habeas corpus e em uma liminar, tem-se que esse julgamento, até pela natureza jurídica das ADCs, marcará a posição do STF sobre a questão. Sobre o placar do julgamento das ADCs, não seria possível apontar com certeza o seu desfecho. A ministra Rosa Weber, que provavelmente apresentará o voto que definirá a questão, no julgamento do habeas corpus de Lula, em abril, não revelou de forma clara a sua orientação sobre o tema. Ademais, a presidente do STF, a ministra Cármen Lúcia, que cumpre mandato até setembro deste ano, tem indicado que não pautará as citadas ADCs, o que deve caber então ao ministro Dias Toffoli, seu sucessor.

No tocante aos recursos pendentes de apreciação no processo do tríplex, a defesa do ex-presidente peticionou

cinco medidas cautelares no STF e no Superior Tribunal de Justiça (STJ) com a intenção de suspender os efeitos do acórdão condenatório proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), em Porto Alegre (RS). Normalmente esses expedientes jurídicos são realizados quando o STF e o STJ recebem os recursos que tratam do mérito da ação. A estratégia da defesa do ex-presidente Lula é adiantar-se ao juízo de admissibilidade de competência do TRF-4. No STF, o pedido será analisado pelo ministro Edson Fachin, e, no STJ, pelo ministro Felix Fischer, relatores de processos da Operação Lava-Jato nas Cortes.



A seara eleitoral ensaia tornar-se outro campo de batalha jurídica para a defesa do ex-presidente. O cenário mais provável é que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) barre a sua candidatura com base na Lei da Ficha Limpa e Lula não possa sair candidato a presidente pelo PT nas eleições deste ano, em outubro. No entanto, esse processo não é automático. Segundo uma corrente jurídica, a análise do pedido tende a levar algumas semanas, pois é preciso tempo para o Ministério Público e a defesa se manifestarem, podendo haver também depoimento de testemunhas. O prazo final para o TSE se pronunciar é 17 de setembro. É provável que a defesa de Lula lance

mão de pedidos liminares para tentar garantir o registro da candidatura e o direito de fazer campanha.

Ainda sobre a Ficha Limpa, o presidente do TSE, ministro Luiz Fux, tem defendido que o tribunal ratifique, em plenário, que um condenado em segunda instância não possa ter sua candidatura registrada pela Justiça Eleitoral, nem mesmo de forma provisória. Existem dúvidas sobre o momento de aplicação da regra. O ministro entende que candidatos nessa condição não devem sequer ser registrados e, portanto, não poderiam fazer campanha. A definição

da questão no STF pode, definitivamente, inviabilizar a candidatura de Lula. O ministro mostra-se preocupado ainda com as outras instâncias da Justiça Eleitoral, que podem aplicar entendimento diverso para situações semelhantes. Portanto, a unificação da tese no STF revela-se da mais absoluta importância, aclarando dúvidas sobre a interpretação antes de 15 de agosto, fim do prazo de registro na Justiça Eleitoral.

Finalmente, no final de maio, o TSE deixou de analisar uma consulta sobre a possibilidade de um réu em ação penal na Justiça Federal se candidatar a presidente da República. O julgamento, caso ocorresse, poderia ter definido de forma definitiva a situação do ex-presidente Lula e de outro candidato, Jair Bolsonaro (PSL). A consulta foi proposta pelo deputado Marcos Rogério (DEM-RO). A consulta era no sentido de saber se o candidato, na hipótese de poder concorrer e de vencer a eleição, poderia assumir o cargo. O tribunal argumentou que a consulta tratava de uma situação muito específica e que esse tipo de processo é destinado a responder questões genéricas, que não se encaixam em um caso determinado.

## Perfis dos pré-candidatos



Álvaro Dias

Está no quarto mandato de senador. De 1987 a 1991, foi governador do Paraná. Na época, era filiado ao PMDB. Na década de 1970, foi deputado federal por três legislaturas, vereador de Londrina (PR) e deputado estadual no Paraná. É formado em história. Eleito senador em 2014 pelo PSDB, migrou para o PV e, em julho de 2017, buscou o PODEMOS, antigo PTN. Com a candidatura do senador, a legenda quer explorar a bandeira da renovação política e da participação direta do povo nas decisões do país por meio de plataformas digitais.



Ciro Gomes

Formado em direito. Foi governador do Ceará por dois mandatos, ministro da Fazenda no governo Itamar Franco e da Integração Nacional no primeiro mandato do ex-presidente Lula. Antes, ocupou a prefeitura de Fortaleza e o cargo de deputado estadual. Em 1998 e 2002 foi candidato à Presidência pelo PPS, ficando em terceiro e quarto lugar, respectivamente. Ao anunciar seu nome como pré-candidato, adotou um discurso contra as desigualdades propondo um "projeto de desenvolvimento" para o país.



Geraldo Alckmin

Formado em medicina, é um quadro histórico do PSDB em São Paulo. Começou a carreira como vereador em Pindamonhangaba (SP). Foi prefeito da cidade, deputado estadual e deputado federal na Assembleia Nacional Constituinte. Vice-governador de 1995 a 2001, assumiu a administração paulista após a morte de Mário Covas, sendo reeleito em 2002. Disputou o Planalto em 2006, quando foi derrotado pelo ex-presidente Lula no segundo turno. Eleito em 2010 para mais um mandato à frente do governo de São Paulo, foi reeleito em 2014.



Guilherme Boulos

É o líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que luta pelo direito à moradia no Brasil. Ficou conhecido nacionalmente após as mobilizações contra a realização da Copa do Mundo no país, em 2014. Como liderança do MTST, organizou a ocupação de áreas urbanas, em especial no estado de São Paulo. Formado em filosofia e psicologia, foi escolhido candidato do PSOL à Presidência em março, quando se filiou à sigla. Repetindo a estratégia das últimas eleições de apresentar uma opção mais à esquerda, o PSOL participará novamente com candidato próprio à corrida presidencial, que em 2010 e 2014 teve os nomes de Plínio de Arruda Sampaio e Luciana Genro na disputa.



Jair Bolsonaro

Formado em educação física e militar de carreira. Em 1988 foi eleito vereador pelo Rio de Janeiro. Em 1991 assumiu uma cadeira na Câmara. Foi eleito deputado em 2014 pelo PP, mas migrou para o PSC e agora para o PSL. Está no sétimo mandato de deputado federal. Considerado polêmico, defende a ampliação do acesso a armas e um Estado cristão, além de criticar modelos de família, segundo ele, "não tradicionais", como casamento homossexual.



João Amoêdo

Formado em engenharia e administração de empresas, fez carreira como executivo do mercado financeiro. Foi um dos fundadores do Partido Novo, cujo registro foi homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2015. Sua primeira experiência política será a disputa pelo Palácio do Planalto.



José Maria Eymael

Advogado, fundador e presidente nacional do PSDC. Sua trajetória política começou em Porto Alegre (RS), onde foi um dos líderes da Juventude Operária Católica. Em 1962, filiou-se ao Partido Democrata Cristão (PDC) e atuou como líder jovem do partido. Em 1986, foi eleito deputado federal por São Paulo. Em 1990, conquistou o segundo mandato na Câmara. Como parlamentar federal, defendeu a manutenção da palavra Deus no preâmbulo da Constituição Federal durante a Assembleia Constituinte, considerada um marco em sua trajetória política.





Levy Fidelix

Jornalista, publicitário e fundador do PRTB, defende o que classifica de "bons costumes". Antes de criar seu partido, participou em 1986 da fundação do Partido Liberal (PL), quando se lançou na política e disputou uma vaga na Câmara dos Deputados por São Paulo. Depois, migrou para o Partido Trabalhista Renovador (PTR), pelo qual também disputou um mandato de deputado federal no início dos anos 1990. Concorreu ao Planalto em 2014.



Manuela D'Ávila

Formada em jornalismo, é deputada estadual pelo Rio Grande do Sul. Filiou-se ao PCdoB em 2001, quando ainda era do movimento estudantil. Em 2004, foi eleita a vereadora mais jovem de Porto Alegre. Dois anos depois, candidatou-se ao cargo de deputada federal pelo Rio Grande do Sul e se tornou a mais votada no estado. Em 2008 e 2012, disputou a prefeitura da capital gaúcha, ficando em terceiro e segundo lugar, respectivamente. Esta é a primeira vez que o PCdoB lançará candidato próprio desde a redemocratização.



Marina Silva

Militou ao lado do líder ambientalista Chico Mendes na década de 1980. Filiada ao PT, foi eleita vereadora de Rio Branco (AC) e deputada estadual, antes de ocupar dois mandatos de senadora representando o Acre. Por cinco anos foi ministra do Meio Ambiente do governo Lula, desfilando-se do PT um ano após deixar o cargo. Concorreu ao Planalto em 2010 pelo PV e, em 2014, assumiu a candidatura do PSB à Presidência após a morte do ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos. Vai disputar a Presidência pela terceira vez consecutiva.



Paulo Rabello de Castro

Doutor em economia pela Universidade de Chicago (EUA), fundou em 1993 a primeira empresa brasileira de classificação de riscos de crédito, a SR Rating. Presidiu o Lide Economia, grupo de empresários que defende a livre iniciativa, e coordenou o Movimento Brasil Eficiente (MBE). Em 2016, foi nomeado presidente do IBGE, até assumir a presidência do BNDES, no ano seguinte.



Rodrigo Maia

Filho do ex-prefeito do Rio de Janeiro César Maia, não chegou a concluir a Faculdade de Economia e está no quinto mandato como deputado federal. Em 2007, assumiu a presidência nacional do DEM, após a reformulação do antigo PFL. Foi secretário de Governo do município do Rio de Janeiro no final da década de 1990, na gestão de Luiz Paulo Conde, à época aliado de César Maia. Atualmente preside a Câmara dos Deputados.



Vera Lúcia

Foi militante no PT e integrante do grupo fundador do PSTU. O vice na chapa é Hertz Dias, do movimento negro. Nas últimas eleições, o partido apostou no nome de José Maria de Almeida (Zé Maria).



Michel Temer

Antes de entrar na política, teve uma carreira acadêmica de sucesso como professor e autor de livros de direito. O primeiro cargo público foi em 1964, na Secretaria da Educação do governo Adhemar de Barros, em São Paulo. Em 1983, já no PMDB, tornou-se procurador-geral do estado e, em 1984, assumiu a Secretaria estadual de Segurança Pública. Foi eleito deputado federal em 1994, 1998, 2002 e 2006. Ascendeu na política durante o governo FHC, quando se tornou líder do PMDB e, com o apoio do governo, elegeu-se presidente da Câmara em 1997. Foi presidente da Casa também em 1999 e 2009. Presidiu o PMDB por 15 anos. No segundo mandato de Lula, o PMDB passou a integrar formalmente a base aliada. Com apoio do PT, Temer foi reeleito para a presidência da Câmara, em 2009. Temer passou a fazer parte, de fato, do governo e, em 2010 e 2014, foi eleito e reeleito vice-presidente na chapa de Dilma Rousseff (PT). Com o impeachment de Dilma, assumiu a Presidência da República.





Henrique Meirelles

Formado em engenharia, estudou administração na Universidade de Harvard (EUA). Passou muitos anos no mundo corporativo, entrando na década de 1970 no BankBoston, onde construiu uma carreira bem-sucedida nos EUA, chegando a presidente mundial do banco. No início dos anos 2000 entrou na vida política brasileira, filiando-se ao PSDB. Deixou o partido em 2003 para assumir a presidência do Banco Central durante o governo Lula. Admirado pelos mercados financeiros por sua ortodoxia, entregou por três anos a inflação abaixo do centro da meta oficial e adotou uma política que elevou as reservas internacionais em US\$ 250 bilhões. Ajudou o Brasil na década passada a dar saltos importantes, como chegar ao grau de investimento concedido por agências de classificação de risco e passar pela crise financeira de 2008-2009 sem grandes arranhões, quando pela primeira vez adotou uma política anticíclica via juros para estimular a economia. Antes de ser ministro da Fazenda do governo Temer, presidia o Conselho de Administração da J&F Investimentos, holding que controla a empresa de alimentos JBS, e participava do Conselho da Azul Linhas Aéreas.



Fernando Haddad

Professor de Ciência Política na USP com mestrado em economia e doutorado em filosofia. Prefeito de São Paulo de 2013 a 2016. Antes, foi ministro da Educação nos governos Lula e Dilma. Trabalhou como analista de investimento no Unibanco. Foi subsecretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de São Paulo na administração de Marta Suplicy e integrou o Ministério do Planejamento na gestão de Guido Mantega, até 2004, quando elaborou o projeto de lei que instituiu as parcerias público-privadas no Brasil. Em 2016, tentou se reeleger prefeito de São Paulo, mas foi derrotado por João Doria (PSDB) no primeiro turno.



Jaques Wagner

Lideranças petista com forte vinculação ao ex-presidente Lula. Foi governador da Bahia (2007 a 2014) e ministro-chefe da Casa Civil no governo Dilma, entre 2015 e 2016. A carreira política teve início em 1969, no movimento estudantil. No início da década de 1970, foi perseguido pela ditadura militar e teve de abandonar a Faculdade de Engenharia da PUC-RJ. Mudou-se para a Bahia e começou a atuar no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Petroquímica, do qual foi presidente. Conheceu Lula em 1980 e foi um dos fundadores do PT no estado. Elegeu-se deputado federal em 1990, 1994 e 1998. Após ser derrotado para o governo da Bahia nas eleições de 2002, foi eleito e reeleito governador em 2006 e 2010. Antes, foi ministro do Trabalho e ministro das Relações Institucionais, assumindo a coordenação política com o Congresso Nacional. Comandou também a Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). No governo Dilma, antes de ser chefe da Casa Civil, foi ministro da Defesa.



Luiz Inácio Lula da Silva

Ex-presidente da República por dois mandatos consecutivos (2003 a 2010). Emergiu como líder político no ABC paulista, onde se destacou como sindicalista e liderou greves contra a ditadura militar nos anos 80. Foi preso em 1980, pouco antes de fundar o Partido dos Trabalhadores (PT). Participou de cinco eleições presidenciais: venceu as de 2002 e 2006; foi derrotado em 1989, 1994 e 1998. Seus oito anos de governo foram marcados por programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e inclusão social. Em 2005 enfrentou o escândalo conhecido como Mensalão, mas "sobreviveu" ao episódio. Deixou o poder em 2010 com a economia em ascensão e mais de 85% de popularidade, elegendo Dilma Rousseff sua sucessora.



No final de 2014, passou a ser investigado pelo escândalo conhecido como Petrolão. Em abril de 2018, foi condenado e está cumprindo pena em Curitiba (PR) depois de ser considerado o "chefe" do esquema de desvio de dinheiro da estatal para o partido. Ainda é réu em outros seis processos que envolvem a empresa. Apesar de ter perdido capital político nos últimos anos, continua liderando as pesquisas de intenção de voto, por isso o PT promete registrar sua candidatura à Presidência até 15 de agosto, mesmo que ele esteja inelegível com base na Lei do Ficha Limpa. Adotando o discurso de "perseguido político do Poder Judiciário", Lula concentra sua popularidade no Nordeste e entre o eleitorado de baixa renda e baixa escolaridade, seguidores do que se convencionou chamar de lulismo.



Afif Domingos

Possui larga trajetória no meio empresarial. Foi um dos arquitetos do sistema Simples de tributação (regime de tributação diferenciado, voltado para as micro e pequenas empresas, dependendo da receita bruta anual auferida) e o criador do projeto de maior transparência nos impostos, conhecido como Feirão de Impostos. Na política foi secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo na gestão do governador Paulo Maluf quando era filiado ao PDS. Em 1989 foi candidato à Presidência pelo Partido Liberal (PL). Foi também secretário municipal do Planejamento da cidade de São Paulo na gestão de Celso Pitta. De 2007 até o início de 2010, foi o secretário de Emprego e Relações do Trabalho do estado de São Paulo, na gestão de José Serra (PSDB). Em 2010, elegeu-se vice-governador de São Paulo pelo DEM na chapa de Geraldo Alckmin (PSDB). No governo Dilma, foi secretário da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República. Atualmente preside o Sebrae.



Flávio Rocha

Empresário e presidente das Lojas Riachuelo, terceira maior rede de moda do país. Integra o conselho do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV) e é vice-presidente de Relações com Investidores do Grupo Guararapes, empresa familiar que detém o controle da Midway Financeira, Confecções Guararapes Transportadora, Casa Verde e Shopping Midway Mall, maior shopping do Rio Grande do Norte. Na política, foi eleito por dois mandatos como deputado federal: pelo PFL (atual DEM), transferindo-se na sequência para o PL; e via PRN, pelo Rio Grande do Norte. Em março deste ano anunciou sua filiação ao PRB para disputar o Palácio do Planalto. É apoiado pelo Movimento Brasil Livre (MBL), um dos protagonistas das manifestações de rua que culminaram no impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT).



# Calendário eleitoral

## JUNHO

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

## JULHO

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

## AGOSTO

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

## SETEMBRO

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

## OUTUBRO

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

### 18 de junho

São divulgados os recursos disponíveis no Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).

### 5 de julho

Os políticos com vistas à indicação de seu nome pelo partido podem começar a fazer propaganda intrapartidária.

### 7 de julho

Os agentes públicos ficam proibidos de praticar várias condutas, entre as quais remover, transferir ou exonerar servidor público. Também são vedadas a realização de inaugurações e a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos.

### 17 de julho

Período de habilitação do eleitor para voto em trânsito.

### 20 de julho

As convenções para a escolha dos candidatos devem ocorrer entre esta data e 5 de agosto. Além disso, não é mais permitida a realização de enquetes relacionadas ao processo eleitoral.

### 25 de julho

Os partidos e candidatos deverão enviar à Justiça Eleitoral, a partir desta data, os dados sobre recursos financeiros recebidos para financiamento de campanha até 72 horas após o recebimento desses recursos.

### 15 de agosto

Data-limite para os partidos e as coligações apresentarem à Justiça Eleitoral o requerimento de registro de candidatos.

### 16 de agosto

Passa a ser permitida a realização de propaganda eleitoral, como comícios, carreatas, distribuição de material gráfico e propaganda na internet (desde que não paga), entre outras formas.

### 31 de agosto

Início da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.

### 9 de setembro

A primeira parcial da prestação de contas deve ser enviada à Justiça Eleitoral.

### 17 de setembro

A Justiça tem até essa data para julgar todos os pedidos de registro de candidatos que querem concorrer ao pleito.

### 22 de setembro

A partir dessa data, nenhum candidato pode ser detido ou preso, salvo em flagrante delito.

### 2 de outubro

Nenhum eleitor pode ser detido ou preso a partir dessa data, salvo em flagrante delito, em caso de sentença criminal condenatória por crime inafiançável ou por desrespeito a salvo-conduto.

### 4 de outubro

Limite para a realização de debates no rádio e na televisão. Também termina a propaganda política feita em comícios.

### 6 de outubro

Data-limite para a distribuição de material gráfico e promoção de caminhadas, carreatas, passeatas ou carros de som. Também é o último dia para o TSE divulgar comunicados e instruções ao eleitorado.

### 7 de outubro

**PRIMEIRO TURNO** das eleições.

### 28 de outubro

**SEGUNDO TURNO** das eleições.

## Gurus econômicos dos presidenciais



**ANDRÉ LARA REZENDE** é também um dos consultores econômicos de Marina Silva (REDE). Formado em economia pela PUC-RJ, PhD em Economia pelo Massachusetts Institute of Technology. Trabalhou no Banco de Investimentos Garantia, no Unibanco e foi sócio fundador do Banco Matrix, junto com o economista Luiz Carlos Mendonça de Barros. Ao lado de Pécio Arida e outros economistas foi um dos formuladores do Plano Real.

Lara Rezende foi diretor do Banco Central, negociador chefe da dívida externa. Foi também sócio-diretor do Banco Matrix, deixando o cargo em 1998 a convite do então presidente FHC para assumir o cargo de assessor especial da Presidência e, posteriormente, a presidência do BNDES. André Lara Rezende é um crítico da política de juros altos. No ano passado, em artigo publicado no jornal Valor Econômico, declarou que "No Brasil, a inflação é muito pouco sensível à taxa de juros. As razões da ineficácia da política monetária são muitas e controvertidas, mas a baixa sensibilidade da inflação à taxa de juros é indiscutível, uma unanimidade. Por outro lado, com a dívida pública em torno de 70% do PIB, uma taxa nominal de juros de 14% ao ano exige um superávit fiscal de quase 10% do PIB para que a dívida nominal fique estável. Com a economia estagnada e a inflação perto dos 6% ao ano, isso significa que é preciso um superávit fiscal primário de quase 5% da renda nacional para estabilizar a relação entre a dívida e o PIB. A carga tributária está perto dos 40% do PIB, alta até mesmo para países avançados, ameaça estrangular a economia e inviabilizar a retomada do crescimento. A dificuldade política para reduzir despesas é enorme. Fica assim claro que o custo fiscal da política monetária não é irrelevante".



**EDUARDO GIANNETTI DA FONSECA**, conselheiro econômico de Marina Silva: Formado em economia e filosofia pela USP. Esteve ao lado de Marina Silva (REDE) nas eleições presidenciais de 2010 e 2014. O principal conselheiro econômico de Marina é um defensor da Reforma da Previdência. Entende que seria melhor ver a economia avançar de forma mais lenta a vê-la passar por grandes surtos que acabam em crise. Defende a busca de fórmulas para que o país chegue a um crescimento saudável e sustentável, com redução de desigualdades. Já se mostrou favorável a privatizações sob o argumento de que a gestão privada é mais eficiente que a pública, mas crítica a venda de estatais para cobrir rombos fiscais. Diz ser necessário apostar na formação de forte poupança interna e de capital humano para evitar grandes solavancos, como no governo Dilma, quando, avalia, tentou-se artificialmente manter marcha acelerada da economia ao custo de gastos públicos e de empréstimos subsidiados do BNDES. Outros interlocutores de Marina na área econômica são André Lara Resende, um dos pais do Plano Real, e Samir Cury, da Fundação Getúlio Vargas.



**GUSTAVO FRANCO**, conselheiro econômico de João Amoêdo: Formado em economia, é PhD pela Universidade de Harvard (EUA) e fundador da Rio Branco Investimentos. Atua no mundo corporativo e é o presidente do Instituto Millenium, centro de pensamento voltado para a disseminação de ideias liberais. Um dos formuladores do Plano Real, o guru econômico de João Amoêdo (NOVO) defende que estatais "arrumadas" podem ser vendidas e ajudar a reduzir a dívida pública. Filiado ao PSDB por 28 anos, deixou recentemente o ninho tucano para ingressar no Partido Novo. Entre 1997 e 1999, foi presidente do Banco Central (BC). Antes, entre o governo Itamar Franco e o primeiro mandato de FHC, foi secretário de Política Econômica adjunto do Ministério da Fazenda e diretor de Assuntos Internacionais do BC. Quer valorizar o empreendedorismo, pois entende que é necessário diminuir o custo do capital para incentivar o investimento e aumentar a produtividade. A seu ver, juros menores devem ser alcançados com responsabilidade fiscal. Redução do tamanho do Estado, reformas Previdenciária (com transformação do FGTS em fundo de capitalização) e Tributária e aprofundamento da Trabalhista são parte dessa estratégia. Para ele, nenhuma estatal deve ficar fora de cogitação em matéria de privatização. As que estão arrumadas e poderiam gerar um bom caixa para o Tesouro e, conseqüentemente, reduções significativas na dívida pública, como Banco do Brasil e Eletrobras, podem ser vendidas com rapidez. Ou seja, a maior produtividade na economia será perseguida com a diminuição da burocracia para abertura e fechamento de empresas. E a concorrência será a norma básica da organização econômica, em oposição à tutela pelo Estado.



**GUSTAVO GRISA**, conselheiro econômico de Álvaro Dias: Economista formado pela UFRGS, com MBA em Negócios Internacionais pela Thunderbird School of Global Management (EUA), a referência econômica de Álvaro Dias (PODEMOS) defende um choque de liberalização, mas sem descuidar das questões sociais devido ao grande número de pobres no país. Define-se como social-liberal, ficando entre a social-democracia e o liberalismo. É sócio da empresa de consultoria Agência Futuro, focada em inovação em políticas públicas e gestão pública, com projetos voltados para o desenvolvimento de cidades e regiões. Iniciou a carreira na área econômica na Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), foi analista de risco político nos EUA, atuando na iniciativa privada em empresas como Brasil Telecom e Vale. Para ele, a reforma mais urgente é a do Estado, que engloba: privatizações, Reforma da Previdência no setor público (para só depois tratar do regime geral), reorganização das funções e das estruturas do Estado, para ganhar eficiência. Em um segundo momento, viriam outras reformas, como a Tributária, para aliviar a carga sobre a economia. Em relação a privatizações, nenhuma estatal poderia escapar dessa possibilidade, mas, devido à complexidade e à necessidade de discussão aprofundada sobre questões estratégicas, empresas como Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil e Caixa não estariam na primeira leva do plano de desestatização. Ressalta que o Estado tem papel importante em áreas como educação e saúde, mas que é preciso ganhar eficiência para melhorar a qualidade dos gastos. Programas como Bolsa-Família também precisam ser aperfeiçoados, com maior controle.



**JOSÉ MÁRCIO CAMARGO**, o guru econômico de Henrique Meirelles (MDB) é formado em economia pela PUC-RJ. Faz parte do grupo de economistas próximos ao presidente da República, Michel Temer (MDB), e também ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM). Também integra o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Camargo atuou na aprovação de reformas como a PEC do Teto e da proposta de Reforma da Previdência. Também teve atuação nas reformas do ensino médio e trabalhista. José Márcio Camargo foi um dos formuladores do documento do MDB intitulado "Uma Ponte para o Futuro". Camargo foi consultor do BNDES, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Banco Mundial, e do BID. Camargo é defensor da continuidade do que foi aprovado e proposto pelo governo Temer, acreditando que essas propostas serão aplaudidas no futuro.



**LAURA CARVALHO**, conselheira econômica de Guilherme Boulos: Formada em economia e com mestrado na UFRJ e doutorado pela New School for Social Research, é professora da USP. A economista de Guilherme Boulos (PSOL) defende a diminuição da desigualdade tendo o crescimento econômico como base. Suas pesquisas se concentram em macroeconomia e desenvolvimento econômico, principalmente na relação entre crescimento e distribuição da renda. Diz-se keynesiana, mas não se considera desenvolvimentista. Avalia que diminuir as desigualdades e distribuir renda é a base de um crescimento sustentado e esse é o norte das propostas do partido. Entende que a concentração das riquezas é um entrave ao desenvolvimento, o que leva a própria elite a sofrer consequências em razão da divisão social. Entre as discordâncias com os desenvolvimentistas está a visão de que não é preciso, necessariamente, apoiar a indústria nacional como base para o crescimento da economia. Para ela, a mão do Estado na condução do país deve ser usada para ouvir o que a sociedade deseja apoiando essas escolhas. É contra incentivos direcionados a setores específicos da indústria com desonerações e dinheiro do BNDES, como ocorreu no período do PT no poder. Iniciativas do gênero, diz, acabam se tornando apenas política de transferência de recursos. A redistribuição de renda geraria economia mais dinâmica, com reflexos positivos para os demais setores produtivos. Já ajustes fiscais como os implementados pelo governo Temer, segundo ela fragilizaram o mercado de trabalho e não levaram à reação da economia.



**LUÍS FERNANDES**, conselheiro econômico de Manuela D'Ávila: A referência de Manuela D'Ávila (PCdoB) não é da área econômica. Formado em relações internacionais pela Universidade de Georgetown (EUA), Luís Fernandes foi secretário executivo dos ministérios de Esportes e de Ciência e Tecnologia e presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) nos governos petistas. Atua na PUC-Rio e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). É defensor do papel do Estado como financiador e indutor da economia e da inovação. No seu entendimento, a União precisa recuperar a capacidade de investimento e ser o principal agente planejador do desenvolvimento, além de assegurar a estabilidade macroeconômica. Afirma que uma das reformas prioritárias é a Tributária. Defende a adoção de sistema progressivo, aumentando a taxa de acordo com a renda e o patrimônio. Critica a Reforma Trabalhista por "precarizar" direitos dos empregados. Admite a necessidade de mudanças na Previdência, mas com proteção a direitos. Mesmo partidário da forte presença do Estado na economia, admite a possibilidade de o capital privado elevar a taxa de participação do investimento na economia. Parcerias público-privadas e concessões são possíveis, desde que com bom marco regulatório. Embora seja contra a venda da Eletrobras e de bancos, privatização para ele não é tabu. Podem ser analisadas caso a caso.



**MÁRCIO POCHMANN**, conselheiro econômico do PT: Formado em economia pela UFRGS, está à frente do projeto Brasil que o Povo Quer, série de debates que visam levar ideias para a formação do programa de governo do PT para as eleições. Pós-graduado em ciência política, foi supervisor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) no Distrito Federal e professor na Universidade Católica de Brasília. Fez doutorado na Unicamp e tornou-se pesquisador da instituição, onde também é professor. Foi ainda pesquisador visitante em universidades europeias e consultor de entidades como Sebrae, Fiesp, OIT, Unicef e Cepal. Secretário municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade em São Paulo de 2001 a 2004, presidiu o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de 2007 a 2012, quando concorreu à prefeitura de Campinas (SP) pelo PT. A referência econômica do ex-presidente Lula e de seu partido critica o ajuste fiscal focado no corte de gastos sociais, pois o considera submissão da política econômica aos interesses do mercado. Ataca a aprovação do teto de gastos (que limita o crescimento das despesas do governo federal à inflação do ano anterior), válido para os próximos 20 anos. Entende que o ajuste das contas deveria ser feito pelo crescimento da economia e por uma "reindustrialização", elevando a arrecadação e prega o rebalanceamento da carga tributária conforme renda e patrimônio. É contra a proposta de Reforma da Previdência. Para ele, a retirada de direitos vai aumentar a disputa no mercado de trabalho, competição que tende a baixar salários. Os ganhos menores dos trabalhadores, afirma, vão repercutir na arrecadação previdenciária. Rebate a tese de que a Reforma Trabalhista vai gerar empregos. Segundo ele, empresários contratam não porque o empregado custa menos, mas porque há demanda. Ao mesmo tempo, diz, a precarização da legislação, com a possibilidade de maior terceirização, significa mais impacto na arrecadação da Previdência. Avalia que o capitalismo brasileiro encontra-se asfixiado pelo ambiente de monopolização proporcionado pelos equívocos das políticas passadas de privatização e de inserção econômica na globalização. Acredita que desde a década de 1990, o processo de privatização transitou de monopólios e oligopólios públicos para monopólios e oligopólios privados.



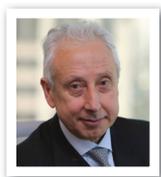
**MARCOS LISBOA**, conselheiro econômico de Rodrigo Maia: Presidente do Insper, é formado em economia pela UFRJ, onde também fez mestrado, e PhD pela Universidade da Pensilvânia (EUA). De 1996 a 1998, foi professor assistente no Departamento de Economia da Universidade de Stanford (EUA). Passou ainda pela Fundação Getúlio Vargas. Além da experiência acadêmica, atuou no governo federal e foi executivo de grandes bancos. De 2003 a 2005, no primeiro governo Lula, foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Depois, entre 2005 e 2006, presidiu o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). O guru de Rodrigo Maia (DEM) entende que a Reforma da Previdência é urgente. Quanto mais demora, mais custa ao país. Outra discussão necessária refere-se aos direitos adquiridos dos servidores públicos. Nessa frente, diz, seria preciso enfrentar as pressões das corporações, inclusive do Judiciário. É um dos economistas que mais alertam para a necessidade de ajuste fiscal urgente no país, o que, para ele, não poderia sequer esperar a eleição. Para ele, o risco é de acontecer no Brasil um quadro semelhante ao do Rio de Janeiro, com falência dos serviços públicos e explosão da violência pela incapacidade de o governo ter dinheiro para cobrir questões básicas. Sustenta que, sem ajuste fiscal duro, o resultado será a volta da inflação, o calote e a necessidade de aumento de impostos.



**NELSON MARCONI**, conselheiro econômico de Ciro Gomes: Formado pela PUC-SP, com mestrado e doutorado na Fundação Getúlio Vargas, onde é professor, tem trajetória ligada à vida acadêmica. Referência para Ciro Gomes (PDT), entende que Estado e mercado são complementares. No entanto, é contra privatizações em áreas consideradas estratégicas. Da vertente desenvolvimentista, é um dos principais nomes da Associação Keynesiana Brasileira, doutrina que prega a necessidade de o Estado ser o indutor da economia. Coordenou a graduação da Escola de Economia de São Paulo e o Centro de Pesquisas da Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento. Tem experiência nas áreas de economia e gestão pública, atuando ainda em segmentos como desindustrialização, economia do setor público, salários e emprego no setor público e mercado de trabalho. Avalia que não existe dicotomia entre Estado e mercado. Seriam complementares. Apesar de defender o papel estatal, para ele é a iniciativa privada que traz ganhos de eficiência à economia. Pelo lado do empurrão do Estado, aponta a necessidade de priorizar o desenvolvimento da indústria e dos serviços relacionados a ela, como pesquisa, engenharia, automação e design — áreas que geram inovação. Para ele, ajudar empresas nacionais não significa fechar mercado, mas incentivar a inserção no exterior e a exportação de industrializados. Algumas áreas que devem ser priorizadas são óleo e gás, saúde, agronegócio e defesa. Avalia que câmbio entre R\$ 3,80 e R\$ 4 ajudaria a indústria nacional a ser mais competitiva. Essa valorização do dólar poderia causar impacto de um ponto percentual na inflação, mas a pressão seria reduzida com ajuste fiscal que ajudaria a manter o juro em patamar baixo. Um futuro governo Ciro Gomes, sinaliza, não abriria mão do equilíbrio nas contas públicas. Em relação a privatizações, é contrário a privatizar setores estratégicos, como petróleo e energia, mas se mostra favorável a concessões em áreas como aeroportos e estradas. Considera essenciais as reformas Fiscal, Previdenciária e Tributária. Na área de impostos, defende maior carga sobre a renda, desonerando a produção e elevando a tributação sobre herança, lucros e dividendos. Sobre a Previdência, defende idade mínima e criação de regime de capitalização em que o beneficiário faz a própria poupança.



**PAULO GUEDES**, conselheiro econômico de Jair Bolsonaro: Economista com PhD pela Universidade de Chicago (EUA), conhecida pelo viés liberal. Foi professor e fundador do grupo financeiro BR Investimentos, depois absorvido pela Bozano, da qual passou a ser sócio e integrante dos comitês estratégico e executivo. Foi um dos quatro criadores do Banco Pactual. CEO e sócio majoritário do Ibmeq, hoje Inspira, e membro de conselhos de administração de empresas. O conselheiro de Jair Bolsonaro (PSL) na área econômica é um defensor das privatizações. Ao mesmo tempo, apoia o Bolsa-Família e é contrário aos subsídios empresariais. Circula em meios intelectuais e empresariais e tem trajetória marcada por iniciativas de criação de negócios e think tanks — é um dos fundadores do Instituto Millenium, centro de pensamento voltado para a disseminação de ideias liberais. Com inspiração liberal, ainda tenta explicar melhor suas afinidades com Bolsonaro, vinculado a ideias nacionalistas e estatizantes. É crítico dos governos social-democratas, os quais, segundo diz, costumam aumentar gastos, até serem chamados à realidade, além de aparelhar o Estado para a implementação de esquemas de corrupção. Defende reformas, principalmente a da Previdência, setor que considera uma bomba-relógio nas contas do país. Prega a adoção de um sistema de capitalização para os novos segurados do INSS, com cada um recebendo no futuro o valor de suas contribuições, mais rendimentos. Declara-se adepto da simplificação tributária e é favorável à privatização de estatais, como Petrobras e Correios, e à concessão de serviços públicos, com recursos direcionados para a redução da dívida pública. Seu ideal seria o corte drástico nos ministérios, restando apenas de 10 a 15 pastas. Para ele, gastos menores, ajudando o ajuste fiscal, contribuiriam para a queda estrutural do juro e do gasto com a dívida, retomando a capacidade da União de investir, tendo como foco a área social. Apesar do ideário liberal, diz ser favorável à manutenção do Bolsa Família e contrário ao fornecimento de subsídios a grandes empresas. Propõe a descentralização de recursos e de atribuições da União para estados e municípios, a fim de aumentar a eficiência das políticas públicas. Prega a independência do Banco Central, com mandato de quatro anos para a diretoria em período não coincidente com o da Presidência da República.



**PÊRSIO ARIDA**, conselheiro econômico de Geraldo Alckmin: O coordenador da área econômica de Geraldo Alckmin (PSDB) defende privatizações "factíveis". Circulando com desenvoltura nos meios político, acadêmico e empresarial, integrou a equipe que implantou o malsucedido Plano Cruzado, em 1986. Oito anos depois, fez parte do grupo de economistas que montou o Plano Real. Formado em economia na USP em 1975, concluiu doutorado no MIT (EUA) em 1992. Foi professor em universidades brasileiras e americanas. Comandou o BNDES (1993 a 1994) e o Banco Central (1995). Também atuou no setor privado, sobretudo na área financeira. Adepto da corrente liberal, vem dando pistas de qual deve ser o norte do programa econômico de Alckmin. Avalia que um dos principais pontos é avançar nas privatizações, como a da Eletrobras, anunciada e empacada no governo Temer. Mas observa que não é possível implantar um vasto plano de desestatização; a prioridade é tocar o que for factível; e não adianta substituir monopólio estatal por outro privado. Em relação ao crescimento da economia, entende que este deveria ocorrer principalmente a partir do capital privado. Ao governo, caberia apenas criar os meios: garantir segurança jurídica a empreendedores (criando marcos regulatórios para setores como infraestrutura); avançar em privatizações; promover a desburocratização; fazer as reformas Tributária e Previdenciária; abrir a economia; evitar o controle de preços; garantir a concorrência. Defende que reformas como a da Previdência são essenciais para a solução estrutural do problema fiscal, assim como o corte de gastos. Embora seja contrário ao aumento da carga tributária, declara-se favorável à busca de um sistema socialmente mais justo. Uma das medidas possíveis, acredita, seria tributar dividendos e juros sobre o capital próprio, o que pegaria a ponta da pirâmide da renda no país. Ex-presidente do BNDES, prega que o banco não deveria ter participação acionária em companhias, como ocorre hoje. A instituição, acredita, não pode agir como pronto-socorro de empresas, o que impede o livre funcionamento do mercado. Defende a inclusão social sem populismo. A fórmula seria dar aos menos favorecidos igualdade de acesso às oportunidades com melhorias em educação, saúde e segurança.

\*Os presidentes Henrique Meirelles (MDB), Paulo Rabello de Castro (PSC), Flávio Rocha (PRB) e Fernando Collor (PTC) ainda não definiram seus conselheiros econômicos.

# Histórico das eleições presidenciais (1994–2014)

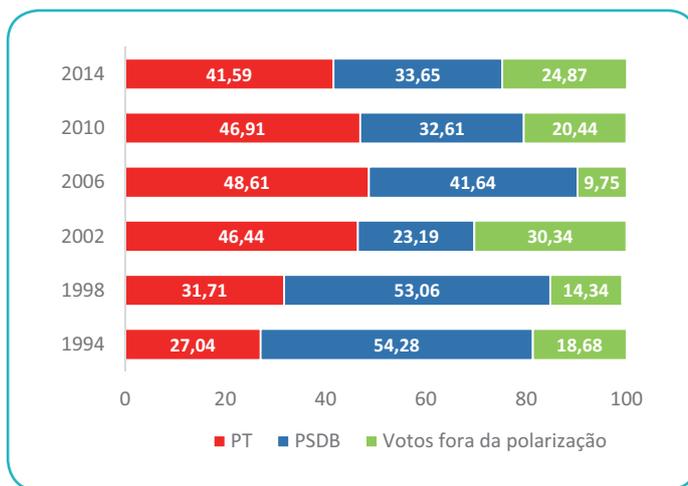
## O DESGASTE DA POLARIZAÇÃO PT X PSDB

A polarização PT x PSDB, que vigora desde 1994 nas disputas presidenciais e que este ano pode ser superada, vem perdendo força desde 2010. Conforme podemos ver na tabela abaixo, a votação no PT em eleições presidenciais, após atingir seu ápice no primeiro turno de 2006, quando Lula se reelegeu, vem encolhendo desde o pleito de 2010. Em relação ao PSDB, embora de 2010 a 2014 a votação tucana no primeiro turno tenha ficado estável, houve uma perda considerável em relação à registrada por Geraldo Alckmin em 2006.

Paralelamente à queda da votação no PT e à estagnação dos votos no PSDB nas duas últimas eleições presidenciais, é possível verificar, a partir de 2010, um crescimento na soma dos votos fora da polarização. De 2006 a 2014, esse percentual de votos válidos subiu mais de 15%. Ou seja, não por acaso hoje as intenções de voto em Jair Bolsonaro (PSL), Marina Silva (REDE) e Ciro Gomes (PDT), por exemplo, estão bem acima do registrado por Geraldo Alckmin (PSDB) e pelas opções do PT alternativas ao ex-presidente Lula (Fernando Haddad e Jaques Wagner). Nos cenários sem Lula, a soma das intenções de voto em PT e PSDB contabiliza pouco mais de 10%.

A atual crise do sistema político tradicional, protagonizada por petistas e tucanos, pode ser uma explicação para o encolhimento nos índices dos dois principais partidos do país, ao lado do MDB. Mas não devemos deixar de observar que a queda de votos no PT e no PSDB é resultado de um processo que não começou hoje. Isso não significa que um novo embate entre petistas e tucanos não possa se repetir em outubro. Porém, o histórico eleitoral e a conjuntura atual mostram que os polos organizadores de nosso sistema político (PT, PSDB e MDB) passam por uma crise que pode significar o fim de um ciclo.

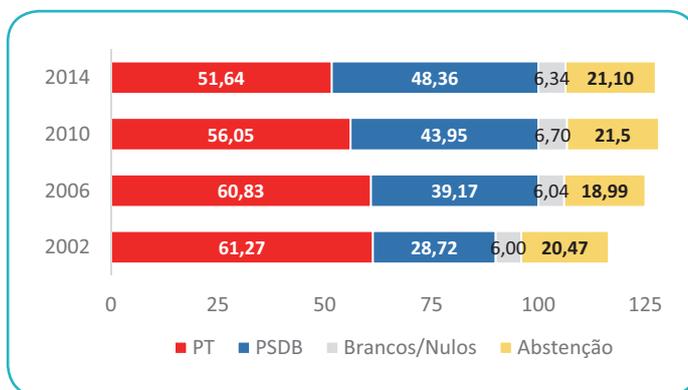
### GRÁFICO 5 – Primeiro Turno (%)



## SEGUNDO TURNO: PT REDUZ VOTAÇÃO DESDE 2006

Os resultados de segundo turno nas últimas quatro eleições presidenciais, todas vencidas pelo PT, também mostram uma redução do voto petista. Por outro lado, vem crescendo, desde 2006, a votação no PSDB.

### GRÁFICO 6 – Segundo Turno (%)



Outra questão interessante é que a soma dos votos em branco e nulos e das abstenções supera 27%, ou seja, praticamente um terço do eleitorado. Dada o sentimento de descrença e desilusão com a política que atinge parcela expressiva da opinião pública, esse índice pode crescer ainda mais este ano.

 **ARKO ADVICE**  
CENÁRIOS  
POLÍTICOS  
Nº 219

**Publisher** Murillo de Aragão

**Edição** Cristiano Noronha  
José Negreiros (*In memoriam*)

**Redação** Carlos Bellini Borenstein  
Daniel Lledó  
Guilherme Otaviano  
Lucas de Aragão  
Nathalia Pedrosa  
Marcos Augusto de Queiroz  
Michael Lopez  
Thiago de Aragão

**Diagramação** Edimilson Alves Pereira